

A produção de sentido na mídia jornalística internacional: a cobertura dos discursos dos presidentes brasileiros na ONU

Meaning production in the international news media: the coverage of discourses addressed by Brazilian presidents at the UN

Antonio Genário Pinheiro dos Santos¹
Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN
genario.pinheiro@ufrn.br

Carlos Piovezani²
Universidade Federal de São Carlos - UFSCar
cpiovezani@uol.com.br

RESUMO: Nesta discussão, objetiva-se analisar os discursos trabalhados pela mídia jornalística internacional em função da fala de presidentes brasileiros em edições da Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU). Empreende-se uma leitura linguístico-discursiva das manchetes dos jornais *The New York Times* e *The Guardian* considerando a cobertura que esses veículos fazem dos discursos endereçados pelos ex-presidentes Lula, Dilma e Bolsonaro nos debates das Assembleias Gerais da entidade que aconteceram no interstício de seus respectivos mandatos presidenciais, os quais iniciaram, respectivamente, em 2003, 2011 e 2019. Essa discussão aborda o modo como as manchetes dos respectivos jornais alinham a dimensão histórica do dizer e movimentam vontades de verdade atreladas ao biopoder e à governamentalidade na medida em que inscrevem o acontecimento no espaço da visibilidade pública. Fundamentada no método arqueogenealógico, a presente discussão tem ancoragem teórica e metodológica nos estudos de Michel

¹ É professor associado da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Pós-Doutor em Letras pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Pós-Doutor em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Doutor em Letras pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB) com estágio doutoral na *University of Georgia*, em colaboração com o *Latin American and Caribbean Studies Institute/LACSI* – UGA/USA. Mestre em Letras, Especialista em Língua Inglesa e Graduado em Letras pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Líder do Grupo de Pesquisa Práticas Linguísticas Diferenciadas da UFRN e membro do Grupo de Pesquisa do Discurso da UERN (GRED). Coordenador local do Instituto Ágora/Inglês na Faculdade de Engenharia, Letras e Ciências Sociais do Seridó (FELCS). Editor-gerente da Revista Saridh - Periódico Eletrônico do Curso de Letras da FELCS/UFRN. Atualmente realiza estudos sobre mídia e discurso, atuando na área de Letras, com ênfase no ensino de Inglês como Língua Estrangeira e desenvolvendo pesquisas na área de Análise do Discurso.

² É professor associado do Departamento de Letras e do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). É coordenador dos Grupos de pesquisa *Laboratório de Estudos do Discurso* e *Análise do discurso e História das ideias linguísticas*. Membro do conselho editorial de vários periódicos especializados e da Editora da ABRALIN. Suas pesquisas tratam da história da fala pública, do discurso político e de discursos da mídia. Entre suas publicações, se destacam as obras: *A voz do povo: uma longa história de discriminações* (Vozes), *A linguagem fascista* (Hedra), *O discurso e as emoções* (Parábola), *História da fala pública* (Vozes), *Discurso e (pós)verdade* (Parábola), *Le discours et le texte: Saussure en héritage* (L'Harmattan), *Legados de Michel Pêcheux* (Contexto), *Presenças de Foucault na Análise do discurso* (EdUFSCar) e *Verbo, Corpo e Voz* (Editora UNESP). Foi professor convidado na EHESS/Paris e professor visitante na Universidade de Buenos Aires (UBA).

Foucault (2005a, 2005b, 2006a, 2006b, 2007, 2008a, 2008b) e considera as contribuições de autores que se debruçam sobre a mídia e a política. Os resultados apontam que o discurso endereçado na ONU adquire um revestimento social, o qual mantém-se constitutivamente atrelado a práticas discursivas de afirmação que dizem a política e o governo como máximas da representação coletiva e da atenção à vida da população.

Palavras-chave: Discurso; ONU; Presidentes brasileiros; Governamentalidade.

ABSTRACT: This paper aims to analyze statements made in international news media regarding the speeches delivered by Brazilian presidents at the UN General Assembly (UN). It is to realize a linguistic and discursive analysis of the headlines from the newspapers The New York Times and The Guardian considering their coverage of the speeches addressed by Lula, Dilma, and Bolsonaro in the openings of the UN General Assemblies, during their political terms that started in 2003, 2011, and 2019, respectively. It is to discuss how the above-mentioned headlines highlight the historical background that is attached to the statements and how they address a will to truth linked to the biopower, to the governmentality, and to the event insertion into a space of public visibility. Based on the archeogenealogic method, this discussion is theoretically and methodologically based on Michel Foucault's studies (2005a, 2005b, 2006a, 2006b, 2007, 2008a, 2008b) as well as those concerning media and politics. The results indicate that the speeches addressed at the UNGA take a social perspective, which is constitutively tied to discursive practices of affirmation. These discursive practices determine politics and government issues as a potential characteristic of mass representation that turns to the population as a central target.

Keywords: Discourse; UN; Brazilian Presidents; Governmentality.

Considerações iniciais

A palavra conduzida e endereçada na arena política é palavra de poder. Ela inscreve o sujeito no seio de relações complexas e sinuosas que dizem respeito à primazia da representação coletiva, ao fortalecimento das instâncias que balizam a vida pública e à gestão do povo. No escopo da institucionalidade e da proporcionalidade da voz no cenário internacional, a Organização das Nações Unidas (ONU) constitui espaço singular de destaque da palavra política no mundo. Como mecanismo internacional que tem fundação e funcionamento pautados no princípio da cooperação pela paz, justiça e desenvolvimento sustentável, a organização realiza anualmente a Assembleia Geral com debates que exigem dos países-membros a ratificação de seu compromisso com a reflexão sobre os desafios contemporâneos da comunidade global (ONU, 2025).

Nos tempos de mídia e da visibilidade das coisas ditas, torna-se indispensável discutir não apenas a constitutividade dos discursos que são endereçados no espaço da política, mas, sobretudo, investigar os efeitos de sentido, as estratégias e as manobras que são agenciadas para conduzir o dizer e para dar materialidade às técnicas de gerenciamento e de governo da vida pública nas condições históricas da contemporaneidade. Tal gesto exige uma conversão do olhar investigativo para as fronteiras mitigadas da pós-modernidade, de modo a enxergar as permanências e irrupções parciais que venham a preencher a cena de visibilidade pública (Piovezani, 2003).

Neste norte, busca-se com este trabalho analisar os discursos usados pela mídia jornalística internacional a partir das falas de presidentes brasileiros na abertura dos debates em edições das Assembleia Geral da ONU, a fim de problematizar a positividade que tais discursos fazem incidir na medida em que retomam e reforçam práticas de biopolítica e de governamentalidade (Foucault, 2007). Disso, são alcançados os efeitos de uma vontade de verdade que, por sua vez, marcam as posições de sujeito no escopo da visibilidade pública e alinham a questão do governo com a tônica da preocupação sobre a seguridade e promoção da vida da população.

No seio da pesquisa linguística e com ancoragem teórico-metodológica nos postulados epistemológicos do filósofo francês Michel Foucault (2005a, 2005b, 2006a, 2006b, 2007, 2008a, 2008), faz-se o diálogo com contribuições advindas de estudiosos que se debruçam sobre a fala pública na conjuntura da mídia e da política, dentre eles, Courtine (2011, 2015), Piovezani (2003, 2009, 2011, 2015, 2021), Gomes (2004) e Thompson (2009). Intenta-se discorrer sobre as operações que incidem na produção e circulação dos sentidos e seus efeitos, os quais são

balizados na vontade efetiva de dizer a verdade e a partir de uma determinada ordem de legitimidade social, institucional e política no Brasil e no mundo.

O corpus desse trabalho é formado pelas manchetes dos jornais internacionais *The New York Times* e *The Guardian*. Esses objetos são considerados no efeito de discursividade que eles oportunizam na medida em que tangenciam o olhar para a cobertura dos discursos endereçados pelos representantes brasileiros Lula, Dilma e Bolsonaro, no interstício de seus respectivos mandatos presidenciais, que se iniciaram respectivamente em 2003, 2011 e 2019. De cada jornal, foram selecionadas duas manchetes sobre cada um desses presidentes brasileiros na cronologia de sua participação na tribuna da ONU.

Assim, questiona-se como a mídia jornalística trabalha tal produção discursiva amparada em estratégia de dizibilidades que imputam um caráter social aos discursos então mobilizados (Angenot, 2015). Discursos que se materializam como vetores de afirmação que buscam ratificar a máxima da democracia e do convívio social equilibrado na institucionalidade de uma representação política que se faz legítima e necessária, bem como no recrutamento de um líder capaz de gerir a vida da população segundo princípios de desenvolvimento econômico, de soberania governamental e de respaldo na vontade popular.

Desse modo, face aos objetos que subsidiam o percurso de análise, busca-se proceder com uma abordagem discursiva de práticas relacionadas ao universo da fala pública, a partir das quais nota-se ser de fundamental importância atribuir atenção às formas empregadas nos discursos que as validam e avaliam, considerando-as “nas suas relações com outras formas presentes e ausentes na constituição, na formulação e na circulação das coisas ditas e de seus modos de dizer” (Piovezani, 2021, p. 157). Com isso, almeja-se enxergar não apenas a constitutividade de um dizer calibrado que põe em relevo o condicionamento discursivo e histórico de sujeitos sociais, notando as formações discursivas que saltam na e pela reverberação de suas falas na ONU, mas, sobretudo, discorrer sobre o dito no espaço e nas lacunas do não dito. Busca-se ratificar, com isso, que na seara da política, mas não exclusivamente nesse campo, a análise dos discursos deve devolver à discursividade sua espessura histórica (Courtine, 2011).

Após considerações iniciais que apresentam os nortes dessa discussão, o gesto de leitura linguístico-discursiva que aqui é realizado contempla, na disposição de tópicos e de subtópicos relacionados, os momentos de: (i) discussão na qual busca-se verticalizar e pontuar os conceitos que subsidiam o percurso teórico, (ii) a caracterização do arquivo e, com isso, a análise dos objetos que fundamentam esse percurso de investigação, (iii) as considerações finais, nas quais

é ratificada a sinalização sobre o acirramento de práticas e de subjetividade atreladas à dimensão do discurso.

1. O discurso e a ordem das coisas ditas: positividade na constituição da história

“Renunciaremos, pois, a ver no discurso um fenômeno de expressão – tradução verbal de uma síntese realizada em algum outro lugar: nele buscaremos antes um campo de regularidade para diversas posições de subjetividade”. É assim que Foucault (2005a, p. 61) se encaminha ao final do texto no qual trata da *Formação das modalidades enunciativas*, na sua *Arqueologia do Saber*. É essa uma das muitas entradas foucaultianas que buscam caracterizar o discurso como construto de descontinuidade cuja proposta é a de entender que a discursividade é o espaço de relações, de choque, de batimento, mas também de encontro, de diálogos e aproximações entre o que se diz, o que se quis dizer e o que foi dito.

Com Foucault (2005b, p. 91), entende-se que o discurso se constitui, portanto, como vetor de relação. Isso significa que é preciso acolher cada momento do discurso em sua irrupção de acontecimento, longe da tentativa de remetê-lo “à longínqua presença da origem: é preciso tratá-lo no jogo da instância próprio de cada um”. Parte-se dessas ponderações para afirmar que a história, na transitoriedade das coisas ditas, no conjunto das representações que se levantam na vida social, na efetividade das construções de sentido e das relações que exigem dos sujeitos sociais a tomada de posições de saber e de poder, deve ser entendida na sua condição de fato de discurso.

Com efeito, é mister considerar o que é apresentado no e pelo nível discursivo, na égide da relação com a exterioridade e isso tangencia o olhar investigativo para o que se mantém na visibilidade, na mira das forças sociais. Entretanto, é preciso não mitigar o que está na capilaridade do dizer, o que permanece vivo e arredio nas entranhas das hegemonias discursivas³, haja vista que:

[...] as decisões e os rumos mais ou menos provisórios ou duráveis de uma sociedade são resultados das batalhas, em que os sistemas de produção, a divisão social do trabalho, a produção das subjetividades e a linguagem [...] são decisivos, e não produtos de consensos harmônicos e pacíficos, cujo objetivo bem-intencionado seria a redução das desigualdades e injustiças. (Piovezani; Dagatti, 2023, p. 204).

³ Nos termos de Mark Angenot (2015). Cf. *O discurso social e as retóricas da incompreensão: consensos e conflitos na arte de (não) persuadir*.

Tem-se, assim, o discurso como vetor de positividade, isto é, como força que institui, provoca, incita, traz à visibilidade, silencia, põe em choque, faz dialogar, aproxima e a tudo diz respeito num incessante e sempre possível jogo de relações. Conforme aponta Christian Puech (2014), para além das fronteiras de um pragmatismo psicológico ou das diretrizes cronológicas de uma epistemologia estrutural, o itinerário foucaultiano faz incidir um olhar problematizador sobre a relação entre história, sociedade e sujeito e, com isso, o discurso, que abre a possibilidade de a tudo envolver, torna-se capital. Face a essa posição, é preciso retomar a questão foucaultiana fundamental: Qual é essa irregular existência que emerge no que se diz – e em nenhum outro lugar? (Foucault, 2005b, p. 93).

Essa reflexão exige pensar a força e a ordem estabelecidas no e pelo discurso uma vez que, sendo caracterizado não como fruto da ação majestosa de um sujeito que fala e que pensa, que determina o que diz, para longe do dizer manifesto, o discurso está ligado ao acontecimento. Isso significa que o discurso deve ser visto a partir das próprias condições e contingências históricas que o permitem e o determinam.

Fazer aparecer em sua pureza o espaço onde se dispersam os acontecimentos discursivos não é pretender estabelecê-lo em um corte que nada poderia superar; não é tornar a fechá-lo nele próprio, nem com mais forte motivo, abri-lo a uma transcendência; é, o contrário, tornar-se livre para descrever, entre ele e outros sistemas que lhe são exteriores, um jogo de relações. Relações que devem ser estabelecidas [...] no campo dos acontecimentos (Foucault, 2005b, p. 94).

Desse modo, a partir do imbricamento suscitado pelo discurso com a história e, portanto, com as questões da sociedade, pode-se observar a subjetividade implicada aos sujeitos que ocupam, face ao objeto em tela, posição de visibilidade no espectro da fala pública conduzida na arena política. Sujeito e discurso, elementos que se retomam numa relação de constitutividade a qual exige movimentos de saber e de poder ao mesmo tempo em que se fundem à questão da verdade.

Assim, conforme apresenta Foucault (2006a), é preciso considerar a produtividade do sentido no seio do que o autor denomina “acontecimento discursivo” de modo que possamos enxergar que as “produções de verdade não podem ser dissociadas do poder e dos mecanismos de poder, ao mesmo tempo porque esses mecanismos de poder tornam possíveis, induzem essas produções de verdades, efeitos de poder que nos unem, nos atam” (Foucault, 2006a, p. 229). São esses nexos entre verdade e poder, entre saber e poder que ratificam a dimensão histórica e também social dos discursos, contornam os sentidos em suas arredias movências e nos direcionam para a reflexão sobre o enunciado.

Segundo Piovezani (2011, p. 129) “todo enunciado diz algo e necessariamente o faz de certo modo, valendo-se de certo meio e circulando em certas esferas sociais. Já é hora de intensificarmos o exame discursivo das homologias e dos eventuais desencontros entre o *dictum*, o *modus* e os *media*”. Essa consideração se apoia nas ressalvas foucaultianas acerca do enunciado e nos faz entender que há, na esteira de sua produção discursiva, (i) a existência de um campo associado, que se diferencia do que viria a ser um correlato, (ii) uma materialidade, isto é, uma substância, um lugar, uma referência de data, um suporte, (iii) um referencial, pois o enunciado é sempre alcançado em relações de retomada e de desvios, (iv) uma determinada posição de sujeito que deve ser ocupada (Foucault, 2005a).

Nesta direção, o enunciado torna-se construto que é da ordem da repetibilidade e se liga constitutivamente ao acontecimento cuja irrupção é marcada em contingências históricas determinadas. “Sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa (Foucault, 2006b, p. 9).

Com essas afirmações, alcança-se o discurso, em especial na esteira da política e das implicações desta para a sociedade, como força que estabelece uma ordem de dizer e uma positividade. Os “laços sociais são o cerne da política, em cujo funcionamento os discursos desempenham papel fundamental” (Piovezani, 2015, p.19), e, por assim ser, o discurso atinge sua marcação de social. Nessa conjuntura, é a história construída sobre o terreno suspenso das relações entre saberes, poderes e verdades e o sujeito inscrito em práticas que afirmam lugares, posições e movimentos de legitimidade, de constitucionalidade e de representação política.

Busca-se em Angenot (2015), na discussão sobre o discurso na interface das retóricas da incompreensão, a proposição de que é preciso enxergar, na inscrição discursiva do tempo presente, os regimes que instituem a *aceitabilidade*, os efeitos de uma *hegemonia discursiva*, *unidade* e *interdiscursividade* que vão marcar o que o autor vem conceituar como *discurso social*. Situando tal questão, Angenot (2015, p. 61) defende que “o discurso social não tende ao homogêneo, mas produz heterogeneidades regulares e eficazes em que várias posições convivem e contribuem umas com as outras”.

A defesa é a de que não se trata de olhar ou de considerar a existência de um contínuo de formações discursivas autônomas ou de entender o discurso como uma justaposição de enunciados capazes de repertoriar tudo o que acontece em determinado corte histórico, mas, sim, de enxergar um princípio de comunhão que atravessa o espaço do dizível e do pensável.

O discurso social, nas relativas coerência e unidade de sua hegemonia, abarca um princípio de comunhão e de convivialidade. Ele representa a sociedade como conjunto inteligível e como *convivium* dóxido. Nesse sentido, mesmo os afrontamentos polêmicos, sejam eles eruditos ou populares, mesmo os dissensos mais enérgicos contribuem para o seu estabelecimento. O discurso social produz certa interpretação comum da conjuntura, ele lhe confere um sentido debatido pelo coro dos doxógrafos. O discurso social está sempre lá, como mediação e interpretação do coletivo pré-construído nas relações entre os humanos (Angenot, 2015, p. 57).

Assim, acompanha o discurso, na sua acepção de social, a sua função de fixar legitimidades, validades, publicidades. Para longe da pecha de conglomerado fechado, estanque e consciente, a natureza de monopólio da representação da realidade atribuída ao discurso social, conforme proposto por Angenot (2015), deve ser entendida como função que busca alcançar a convivialidade nacional e a identificação distintiva de grupos e de meios usados, assim como seus interesses e gostos. O discurso social forma, constitui, “se não um sistema, ao menos um “mercado” submetido às tendências gerais, um mercado cujos setores em interações são permeáveis uns aos outros e cujos regimes locais de produção do sentido se explicam em parte por essas próprias interação e topografia” (Angenot, 2015, p. 54).

Considerando o objetivo central da presente discussão, salienta-se que os postulados de Angenot (2015) acerca do revestimento social do discurso, cujos efeitos tangenciam as retóricas da incompreensão, são importantes na medida em que dialogam com o investimento de Foucault (2005a, 2005b) acerca da questão da singularidade e da regularidade dos discursos, notadamente no que tange ao que se denominam formações discursivas (FD). Tais considerações também se fazem importantes ao dizerem respeito à questão das múltiplas relações que perpassam e constituem as verdades, os recortes de real e as representações que nos são apresentados cotidianamente, na esteira de acontecimentos discursivos.

Com as respectivas e inerentes ressalvas, sempre necessárias a qualquer ponderação epistemológica, e no norte do empreendimento que aqui se realiza, entende-se que, no plano da discursividade, os *consensos e conflitos* discutidos por Angenot (2015) acerca da *arte de (não) persuadir* podem apresentar um efeito de aproximação com o que se discute acerca do discurso e das relações de verdade/poder e de saber/poder assim como apresentados por Foucault (2005a, 2006b, 2007). No diálogo com ambos os autores, são alcançados influxos teórico-metodológicos que caracterizam o discurso e os sujeitos como elementos balizados em tensas relações social e historicamente situadas. Essas relações circunscrevem o sentido atrelado ao que é dito, ao que pode ser dito e ao que constitui a evidência discursiva a partir de determinadas condições de enunciação.

Nessa direção, vislumbra-se a possibilidade de investigarmos o discurso, na extensão do efeito de revestimento social que a ele se atrela, na consideração de que as coisas ditas, diferentes em sua forma e temporalidade, formam um conjunto que pode contornar um mesmo objeto, suscitando encadeamentos e vizinhanças, oportunizando tratar de suas singularidades e regularidades ao mesmo tempo em que abrem a possibilidade para a pertinência e a persistência de temas e conceitos⁴. Com isso, conforme nos mostra Foucault (2005b), ao falar sobre *as formações discursivas e as positividades* no texto de *Resposta ao círculo de epistemologia*⁵, pode-se abordar o discurso notando “os pontos de escolha que ele deixa livre a partir de um campo de objetos dados, a partir de uma gama enunciativa determinada, a partir de uma série de conceitos definidos em seu conteúdo e em seu uso” (Foucault, 2005b, p. 105).

Desse modo, no imbricamento entre discurso e sociedade, é possível lançar um olhar para as técnicas e regimes que instituem a máxima do gerenciamento da vida pública e a institucionalidade e legitimidade da representação política. A discursividade que é alcançada ao olhar para os efeitos da cobertura jornalística internacional dos discursos endereçados pelos presidentes brasileiros na ONU permite, para além de seu revestimento social, discorrer sobre o efeito de positividade de um dizer calibrado numa política e nas formas de governo que tem a vida da população como alvo central. É sobre essa questão que discorre o tópico a seguir.

1.1. Na ordem do discurso efeitos de biopolítica e governamentalidade

A ciência de bem governar o Estado e a conduta do governante em relação à população objeto de governo constitui-se, ao longo da história, tema complexo e que tem suscitado as mais diversas posturas e investidas analíticas. Na esteira da contribuição que se edifica não apenas no levantamento historiográfico e crítico das interfaces dessa questão, mas, em especial, na análise e proposição de uma perspectiva investigativa, Michel Foucault discute, no texto de 1978, o *problema do governo* sob a alcunha do que viria a propor como governamentalidade.

As considerações foucaultianas percorrem as perspectivas da discussão sobre o governo trazendo à tona a população, na máxima de sua composição enquanto corpo vivo, na dimensão econômica que suscita e na extensão de uma territorialidade que ocupa. Neste ínterim, observa-se que o gerenciamento de uma coletividade adquire, no decorrer da história e, sobretudo, a

⁴ Vide discussão foucaultiana sobre as Formações Discursivas a partir da qual o autor apresenta as hipóteses de pesquisa para caracterizar os enunciados no tocante ao que eles apresentam em termos de regularidade, singularidade, tipificação, identidade e tema. Cf. *Arqueologia do Saber* (Foucault, 2005a).

⁵ Cf. *Sobre a Arqueologia das Ciências. Resposta ao Círculo de Epistemologia* (Foucault, 2005b).

partir do século XVI, um encaminhamento para a vida como objeto central. “A introdução da economia no interior do exercício político será [...] a aposta essencial do governo” (Foucault, 2006a, p. 291).

Segundo Foucault, é com a introdução da economia na discussão sobre o governo político de um Estado, na analogia com o governo da família, que é possível abordar o gerenciamento e administração sob a perspectiva da liderança governamental.

[...] Governar uma família, no fundo, não é essencialmente ter como finalidade salvar as propriedades da família, é, essencialmente ter como alvo os indivíduos que a compõem, sua riqueza, sua prosperidade. É levar em conta acontecimentos que podem ocorrer: as mortes, os nascimentos; é levar em conta as coisas que se podem fazer, por exemplo, as alianças com outras famílias. É toda essa gestão que caracteriza o governo [...]. O essencial é, portanto, esse complexo de homens e de coisas, o território, a propriedade não sendo, de algum modo, senão uma espécie de variável (Foucault, 2006a, p. 291).

Trata-se de considerar que a arte de governar é tema-fundamento que se atrela, em essência, à forma de governo centrada na busca por exercer o poder e que o faz de acordo com o modelo da economia. Essa ponderação mobiliza a população como finalidade, na complexidade dos sistemas de segurança e no exercício de técnicas de política que enxerga a vida como alvo central. A população como uma urgência que, por sua vez, requer a aplicação de leis e táticas e, nesta interface, a questão do governo político da população não se apresenta divorciada do modelo de sociedade em que vigora.

Nos termos de Foucault (2008a, 2008b), nas discussões sobre *Segurança, Território e População* e *Nascimento da Biopolítica*, isso implica que, ao abordar tal questão, deve-se atentar para os regimes de poder que perpassaram e constituíram a história das práticas de governo, a saber, a sociedade de soberania, a sociedade disciplinar e a sociedade de controle, e, por último, mas não na mera posição de vanguarda, a sociedade de governo.

De modo que é preciso compreender as coisas, não como a substituição de uma sociedade de soberania por uma sociedade de disciplina, depois de uma sociedade de disciplina por uma sociedade, digamos de governo. Tem-se, de tal fato, um triângulo: soberania-disciplina-gestão governamental cujo alvo principal é a população, e cujos mecanismos essenciais são os dispositivos de segurança. Em todo caso, o que eu queria mostrar era [...] o movimento que faz aparecer a população como um dado, como um campo de intervenção, como a finalidade das técnicas de governo [...] (Foucault, 2006a, p. 302).

Essa é uma direção de pesquisa que norteia o percurso investigativo foucaultiano, na medida em que proporciona ao autor a reflexão de que não ocorre a substituição de um modelo

de governo político do Estado por outro, sequencial e herdeiro. Além disso, tem-se que não se trata tão pouco do refinamento de um conjunto de estratégias numa ambiência equivalente, mas a relação compósita e integrada que mira a vida dos indivíduos nos movimentos, na produtividade e na transitoriedade que ela implica.

Disso tem-se a ação de uma forma de poder que busca agir diretamente sobre a vida, um biopoder, oportunizado e materializado no que constitui a governamentalidade. Nas palavras foucaultianas:

Por essa palavra “governamentalidade”, quero dizer três coisas. Por “governamentalidade”, entendo o conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões, cálculos e táticas que permitem exercer essa forma bem específica, bem complexa de poder, que tem como alvo principal a população, como forma mais importante de saber, a economia política, como instrumento técnico essencial, os dispositivos de segurança. Em segundo lugar, por “governamentalidade”, entendo a tendência, a linha de força quem em todo o Ocidente, não cessou de conduzir, e há muitíssimo tempo, em direção à preeminência desse tipo de saber que se pode chamar de “governo” sobre os outros: soberania, disciplina. Isto, por um lado, levou ao desenvolvimento de toda uma série de aparelhos específicos de governo e, por outro, ao desenvolvimento de toda uma série de saberes. Enfim, por “governamentalidade”, acho que se deveria entender o processo, ou melhor o resultado do processo pelo qual o Estado de Justiça da Idade Média, tornado nos séculos XV e XVI Estado administrativo, encontrou-se, pouco a pouco, “governamentalizado” (Foucault, 2006a, p. 302).

A atenção a essas ponderações foucaultianas no que tange à assunção da população como problema político se justifica pelo fato de ser importante considerar o efeito dessas formas de governo para a vida em sociedade. Desta feita, vem ser central a discussão sobre as taxas, índices, medidas, análises, previsões, elementos que ratificam a importância e a preponderância de saberes bem específicos. E essa marcação é percebida nos enunciados que não só constituem, mas fazem movimentar os discursos dos presidentes brasileiros quando endereçam suas falas nas Assembleias Gerais da Organização das Nações Unidas.

Assim sendo, é indispensável considerar como tais saberes fazem reverberar, no escopo, por exemplo, das contingências históricas da contemporaneidade, posições atreladas à dimensão da gestão pública e da representatividade política ao pôr em tela as estratégias governamentais, os planos de governo, a incidência da intervenção econômica como vetores que impõem uma estatização do biológico na esteira de um Estado político racionalizado. Um Estado racionalizado capaz de lidar com as massas e de atender as suas necessidades: promover instituições de assistência, instalar mecanismos de previdência, lidar com os problemas das cidades, regulamentar a natalidade, as mortes, fazer medições globais, equiparar probabilidades dos fenômenos sociais etc. Segundo Foucault ([1976] 2006a, p. 293):

Nos mecanismos implantados pela biopolítica, vai se tratar sobretudo, é claro, de previsões, de estimativas estatísticas, de medições globais; vai se tratar, igualmente, não de modificar tal fenômeno em especial, não tanto tal indivíduo, na medida em que é indivíduo, mas, essencialmente, de intervir no nível daquilo que são as determinações desses fenômenos gerais, desses fenômenos no que eles têm de global.

Dessa configuração, tem-se uma forma de política sobre a vida, uma biopolítica que traz a cena o biopoder na efetividade de suas múltiplas formas de ação e capilaridade. Diz Foucault, no texto que resulta da aula de 17 de março de 1976, que se trata da tomada de um poder sobre o homem enquanto ser vivo. Esse poder sobre o corpo biológico e social, o biopoder que terá como finalidade maximizar forças e extraí-las de modo “a levar em conta a vida, os processos biológicos do homem-espécie e de assegurar sobre eles não uma disciplina, mas uma regulamentação”. (Foucault, [1976] 2006a, p. 294).

Essas considerações sobre a efetividade de um Estado regulamentado, cuja fundação se dá pela preocupação com a vida enquanto problema político e que eleva a muque o corpo-espécie da população, no conjunto de seus fenômenos, de suas forças produtivas e na sua organização e consistência em massas e grupos, mostram-se produtivas para o entendimento do alcance e baliza da ação política nos dias atuais. Com efeito, é indispensável que o olhar para esse objeto alcance, nesse corte, a relação entre população e governamentalidade, apanhando-a no cadinho dos “discursos cinzentos da burocracia que conseguiram atingir praticamente em todos os pontos do Ocidente os fogos discursivos da revolta” (Courtine, 2015, p. 281).

Nesse tocante, “gerir a população não quer dizer gerir simplesmente a massa coletiva dos fenômenos ou geri-los simplesmente no nível de seus resultados globais. Gerir a população quer dizer geri-la igualmente em profundidade, em fineza, e no detalhe” (Foucault, 2006a, p. 302). Ao se vislumbrar o tema da política contemporânea no escopo da liquidez do tempo presente, alcança-se a ação de mecanismos, táticas e estratégias, instâncias e instrumentos, leis e dispositivos os mais diversos que se voltam para a gestão nacional da vida pública, pautados no ideal de uma benesse de um determinado projeto de governo.

Observa-se, com isso, que a tomada de poder político e a assunção de uma representação estatal, governamental, se efetivam sob a alcunha de promover o bem, desenvolver o social e dar seguridade à vida. Nesta direção, vale reiterar que o Estado pós-moderno, na instituição de suas funções de gerenciamento, controle e ação, investe-se da máxima de fazer viver e/ou deixar morrer (Foucault, [1976] 2006a) na medida em que passa a lidar com a era das massas, a qual vem colocar em cena a questão das multidões e potencializar, de forma sem precedentes na história, a liquidez da fala pública.

Nessas condições, vale salientar que é indispensável olhar a multidão como acontecimento essencialmente histórico e também como objeto de pensamento e de ação. Ao discutir *A história da fala pública* sob o arcabouço de uma *arqueologia dos poderes do discurso*, Courtine (2015, p. 263) defende que isso exige pensar a multidão no cotejo dos discursos “que lhe são dirigidos, mas também a fala que surge em seu próprio interior; a multidão e as emoções que a atravessam, assim como as emergentes tecnologias de governo das grandes aglomerações humanas, que buscam tirar bom proveito da administração das massas”.

Portanto, olhar para a governamentalidade pelo investimento foucaultiano nos leva a entender a institucionalidade do Estado político, cuja efetividade se sedimenta em mecanismos regulamentadores e cuja finalidade é a gestão da população e de seus fenômenos respectivos. Um Estado de governo que amiúde não é mais especialmente definido por sua territorialidade, tão pouco pela superfície que ocupa, mas, definitivamente, por uma massa:

[...] a massa da população, com seu volume, sua densidade, com, certamente, o território sobre o qual ela se estende, mas que não é dela senão um componente. E esse Estado de governo que se apoia essencialmente sobre a população e que se refere e utiliza a instrumentalização do saber econômico, corresponderia a uma sociedade controlada pelos dispositivos de segurança (Foucault, 2006a, p. 305).

Assim sendo, a ideia do governo da população instaura uma nova ordem de visibilidade à ação política dos agentes que se põem na condição de representantes nacionais e isso pode oferecer diferentes ângulos para dizermos das amarras, das licitudes das posições de sujeito que são reservadas e ocupadas no escopo da fala pública. Isso porque é na atenção cedida à discursividade impetrada nos enunciados políticos, com destaque para os enunciados que aqui são retomados na análise, que se torna viável, por exemplo, ler, a partir de uma posição crítica, a política de verdade, a política em torno da verdade, a qual se ergue e é dirigida à coletividade, à nação.

Ao ratificar os jornais norte-americano e inglês como lugar de produção e circulação de discursos, é possível alcançar os efeitos de sentido que se ligam às materialidades em tela e que nos permitem destacar as regularidades e singularidades que apresentam os discursos então mobilizados. Os objetos que fundamentam a presente discussão sinalizam essa incidência e é esse recorte que é apresentado no tópico a seguir.

2. Atravessamento histórico e governamentalidade: a inscrição discursiva dos objetos

O gesto de análise linguístico-discursiva dos objetos nessa discussão considera a sua marcação discursiva no seio de um atravessamento histórico que os diz não como produto, mas como produções vinculadas a práticas que ressaltam as marcas, emblemas e sinais (Ginzburg, 2007) de uma política do dizer, de uma determinada ordem do discurso. Face ao que foi exposto anteriormente acerca do discurso como expoente histórico, observam-se tais objetos no escopo da novidade da informação de massa, a qual passa a requerer um olhar para a relação entre mídia política e política midiática no seio da operacionalização de múltiplos dispositivos técnicos e tecnológicos.

Nos termos de Piovezani (2003), deve-se considerar o processo de midiatização da política e de politização da mídia, e isso amplifica o refinamento de mercado na produção, circulação e recepção da notícia e, consequentemente, dos sentidos que circulam socialmente. Por conseguinte, no diálogo com as assertivas de Gomes (2004, p. 424), ao discutir a *Transformação da política na era da comunicação de massa*, pensa-se que “a política midiática é simplesmente um dos sistemas de práticas da política contemporânea, isto é, um conjunto sistemático de habilitações, de atores e de representações pelas quais se realiza a atividade política contemporânea”.

Face ao exposto, olha-se para o arquivo dos dizeres sobre a participação dos presidentes brasileiros nas Assembleias Gerais da Organização das Nações Unidas pelo conjunto de manchetes publicadas pelos jornais *The New York Times* e *The Guardian*. Tomados na sua disposição eletrônica, ambos os jornais perfazem nossa escolha metodológica em função, de um lado, da representatividade econômica, política e ideológica e, de outro, da centralidade da cobertura do acontecimento que circunscrevem uma vontade de verdade de credibilidade e legitimidade no cenário internacional.

Ainda no bojo dessa sinalização, é importante destacar a natureza compósita das materialidades aqui mobilizadas. Elas são trazidas à baila no regime de retomadas, de aproximações, mas, sobretudo, de visibilidades e invisibilidades que denotam no seio da constituição discursiva de um arquivo. Nos termos foucaultianos o arquivo representa:

[...] a lei do que pode ser dito, o sistema que rege o aparecimento dos enunciados como acontecimentos singulares. Mas o arquivo é, também, o que faz com que todas as coisas ditas não se acumulem indefinidamente em uma massa amorfa, não se inscrevam, tampouco, em uma linearidade sem ruptura e não desapareçam ao simples acaso de acidentes externos, mas que se agrupem em figuras distintas, se componham umas com as outras segundo relações múltiplas, se mantenham ou se

esfumem segundo regularidades específicas. O arquivo [...] é o que, na própria raiz do enunciado-acontecimento e no corpo em que se dá, define, desde o início o *sistema de sua enunciabilidade* (Foucault, 2005a, p. 147, *itálico do autor*).

Neste ínterim, tais materialidades são efeito da operação da mídia jornalística internacional que, sob os preceitos da cobertura do visível e do adestramento do olhar, trabalham o enunciado na assertiva de temas os mais diversos. Os discursos atrelados a tais materialidades, potencializam evidências e também silenciamentos, ao passo em que permitem enxergar as táticas, as estratégias, o jogo a partir do qual as coisas ditas são pontudas, encaminhadas e inscritas em regimes de dizer, a partir de uma determinada ordem do discurso.

Vale ressaltar que, de cada jornal, foram selecionadas duas manchetes sobre cada um dos presidentes brasileiros Luiz Inácio Lula da Silva, Dilma Rousseff e Jair Bolsonaro, na cronologia de participação na tribuna da ONU, no interstício de seus mandatos políticos. Tais manchetes referendam a participação desses agentes em edições dos debates das Assembleias Gerais da entidade e dão tônica ao que foi por eles dito e ao que foi possível dizer a partir de então. Trata-se de materialidades discursivas que asseveram a atenção sobre diferentes temas de interesse dos brasileiros e da comunidade internacional.

Temas esses que tanto dizem da posição do Brasil, endereçada sob a representação assumida por um líder político, no tocante a forma como o país se compromete, ou não, com as causas e pautas globais comuns, como também são temas que reiteram a questão da vida da população como interesse central. Com efeito, entende-se a ONU como tribuna que erige a questão da proporcionalidade da voz e se constitui com um lugar⁶ de fala na esteira de uma visibilidade incomum. Não é um *qualquer lugar*; a ONU constitui-se assim como lugar de poder e, portanto, de destaque na cena internacional; os discursos endereçados anualmente pelos líderes políticos e chefes de estado subjazem acontecimentos os mais diversos e reforçam mais ainda o seu compromisso perante o mundo e com a população a ser governada.

No recorte aqui realizado, as manchetes jornalísticas são apresentadas em língua portuguesa, em regime de tradução livre, no conjunto do lide⁷ que as acompanham (com

⁶ A Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU) acontece desde 1946. O púlpito desse organismo internacional é um espaço em que presidentes, chefes de Estado e representantes do mundo inteiro se reúnem todos os anos para tratar de pautas de interesse global. O encontro acontece anualmente, na sede da ONU, na cidade de Nova York. É o Brasil que tradicionalmente abre os debates na Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU) desde 1947. Presidentes brasileiros discursam na Organização desde 1982.

⁷ O lide é o texto que acompanha a manchete e direciona o leitor para os fatos a serem relatados. Essa parte traz uma informação curta que contextualiza o que há de principal nos acontecimentos logo na abertura da notícia. Cf. *Senado Federal – Manual de Comunicação da Secom*. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/manualdecomunicacao/glossario/lide>

destaque de *itálico*). Considera-se o texto do lide⁸ como elemento linguístico-discursivo importante que direciona o olhar para o acontecimento e para os sujeitos marcados na cena de visibilidade da notícia. Os objetos que fundamentam o presente quadro de análise foram selecionados no escopo do efeito de cobertura jornalística da fala dos presidentes brasileiros nas Assembleias Gerais respectivas, bem como de acordo como o que foi dito, via notícia, em matérias posteriores e relacionadas a tal participação brasileira na ONU.

Isso significa que é possível, a partir dessas materialidades, lançar um olhar que realça a condição do discurso como vetor de relação. As manchetes são tomadas como operadores que põem em cena e convocam discursos que podem ser retomados, visibilidades constituídas e enunciados que refazem e rechaçam relações de poder/saber e vontades de verdade. Entende-se que a partir desse jogo insidioso de relações no plano do dizível e do visível, tais objetos mobilizam equivalências e encadeamentos que se processam e que vão inscrever a posição ideológica ocupada pelo sujeito que opera a interpretação (Piovezani, 2021).

Manchetes do Jornal *The New York Times*

[Luiz Inácio Lula da Silva]

O presidente brasileiro, uma vez tido como azarão, relata um presente brilhante – 19/12/2003
Um líder resiliente faz propaganda do potencial do Brasil na agricultura e nos biocombustíveis – 23/09/2007

[Dilma Rousseff]

A líder brasileira adia visita de estado a Washington após a espionagem – 17/09/2013
A presidenta Dilma Rousseff, irritada com as revelações de espionagem da NSA sobre ela e sobre sua equipe, faz um afiado discurso de repreensão à administração de Obama.

Dilma Rousseff do Brasil pede comprometimento na redução das emissões de gases do efeito estufa – 27/09/2015
A presidenta Dilma Rousseff do Brasil diz que seu país está de braços abertos para receber refugiados de conflitos globais e declarou que o Brasil está economicamente forte.

[Jair Bolsonaro]

O que aconteceu na Assembleia Geral da ONU? – 24/09/2019
Presidentes e primeiros-ministros convergiram na arena de maior destaque global, entre crises relacionadas a mudança climática a possíveis conflitos armados entre Iran e os Estados Unidos.

Não vacinado e desafiador, Bolsonaro rejeita a crítica no seu discurso na ONU – 21/09/2021

⁸ Neste recorte de análise, com exceção das manchetes sobre o ex-presidente Lula do jornal *The New York Times* de 2003 e 2007, e do jornal *The Guardian*, em 2003, todas as demais apresentam texto de lide.

O presidente brasileiro de extrema direita, que ignorou as exigências de vacinação da Assembleia Geral da ONU, foi o primeiro líder a falar, apresentando seu país como uma história de sucesso construída injustamente pela mídia.

Manchetes do Jornal *The Guardian*

[Luiz Inácio Lula da Silva]

Os sonhos de Lula para o Brasil estão atrasados enquanto as realidades de poder batem à porta – 31/12/2003

O presidente brasileiro diz que ‘gringos’ devem pagar pela proteção da Amazônia – 27/11/2009
Às vésperas da cúpula da Amazônia, Lula defende que os países industrializados devem fornecer ajuda financeira para deter o desmatamento.

[Dilma Rousseff]

A presidenta brasileira distribui conselhos econômicos a David Cameron – 28/09/2012
Dilma Rousseff discorda de primeiro-ministro, mas ele mantém apoio à campanha do Brasil para participar no conselho de segurança da ONU.

A presidenta brasileira: a vigilância norte-americana é uma quebra da ‘lei internacional’ – 24/09/2013

Discurso contundente de Dilma Rousseff na Assembleia Geral da ONU assinala as mais sérias consequências diplomáticas após as revelações de espionagem norte-americana.

[Jair Bolsonaro]

Jair Bolsonaro diz que uma mídia desonesta e sensacionalista está cobrindo as queimadas na Amazônia – 24/09/2019

Com um discurso combativo na ONU, Bolsonaro nega – ao contrário do que mostram as evidências – que a maior floresta tropical do mundo esteja sendo devastada.

Bolsonaro promete mostrar um novo Brasil, mas seu discurso ‘cheio de mentiras’ na ONU não surte efeitos – 21/09/2021

O presidente de extrema-direita defendeu os medicamentos sem eficiência contra a Covid e fez reclamações sem fundamento sobre a política brasileira e sobre o meio ambiente.

Presidente Jair Bolsonaro: ‘a história e a ciência saberão como prestar contas com todos’.

2.1. Gerenciamento político no escopo da visibilidade midiática: um gesto de análise

As manchetes oferecem um recorte de real calcado na incidência de uma visibilidade sem precedentes, a qual dirige-se às massas e multidões como produto histórico e, com isso, como fato de discurso. São elas objetos que produzem discursos vinculados a vontades de verdade específicas e que têm miras determinadas. Na extensão de sua materialidade e constituição linguística e também no escopo da interdiscursividade, da relação com a exterioridade, tais objetos discursivos acendem a tônica de uma política-espetáculo.

Trata-se de uma política que se apresenta como atividade de agenciamento que, com força, vem provocar, exigir e movimentar efeitos de adesão, aprovação, consentimento, mas, também, de revelia, de resistência e de batimento. “Uma política que entrega a sua presença na esfera de visibilidade pública como estratégia para obtenção do apoio e do consentimento dos cidadãos” (Gomes, 2004, p. 403). Desse modo, dirige-se à população como espectadora, mas não como assistência.

Em todas as entradas, notam-se a retomada e destaque à posição de sujeito de um líder, representante máximo que se faz ver no escopo da visibilidade midiática e que assume as diretrizes de uma representatividade que contorna, na analogia com Foucault (2008a), a matriz de segurança e a extensão do território de uma população. Não obstante a disposição textual que qualifica a notícia como gênero jornalístico, com especial destaque para tipologia do hipertexto característico da informação eletrônica mediada, pode-se observar, no tecido linguístico das manchetes, por exemplo, orações que apresentam sujeito acompanhados de adjetivos e/ou adjuntos adnominais que, para além de caracterizarem diretamente o líder político ao qual se referem, ratificam a linearidade canônica de uma sequência assertiva sobre seu condicionamento histórico e social.

As manchetes dos respectivos jornais exploram orações que iniciam com a tônica verbal na posição de sujeito, a exemplo do que se afirma em *O presidente brasileiro [...]*, *Um líder resiliente [...]*, *A líder brasileira [...]*, *A presidenta brasileira [...]*, *Presidentes e primeiros-ministros [...]*, *O presidente de extrema-direita [...]*, *Os sonhos de Lula para o Brasil [...]*, *O discurso contundente de Dilma Rousseff [...]*, *Não vacinado e desafiador, Bolsonaro [...]*, *Com um discurso combativo, Jair Bolsonaro [...]*. Orações essas em cuja disposição linguística seguem verbos no tempo presente do modo indicativo, com terminações que caracterizam as três conjugações basílicas (-ar, -er, -ir), conforme pode-se acompanhar em *relata, faz, adia, pede, diz, rejeita, defende, assinala, distribui, nega, promete*.

Na incidência linguística dessas formas verbais, notam-se complementos que na tipicidade de objetos diretos e indiretos materializam a referência e retomada a temas centrais que se manifestam e constituem o centro da preocupação política, a exemplo de *[...] um presente brilhante, [...] propaganda do potencial do Brasil, [...] visita de estado, [...] um afiado discurso, [...] comprometimento na redução de gases, [...] seu país está de braços abertos, [...] a crítica em seu discurso, [...] que gringos devem pagar, [...] que os países industrializados devem pagar, [...] as mais sérias consequências diplomáticas, [...] conselhos econômicos, [...] que a maior floresta tropical do mundo, [...] mostrar um novo Brasil*.

Neste ínterim, considerando a positividade dos discursos na ONU, a qual está inscrita na dimensão das direções e miras dessa forma de dizer, bem como na sua fundamentação e ligação com as causas e questões de interesse da comunidade global, pode-se observar a recorrência de temas endereçados segundo preceitos de uma ordem discursiva determinada. Assim, as orações acima destacadas delineiam um quadro de temas que fazem reluzir o repertório de debates e dissensões as mais diversas e que, por consequência, convocam o sujeito e a população como corpo-espécie não apenas a acompanhar a máxima de uma preocupação social, mas, sobretudo, inscrevem a fala política no seio de relações de tensão discursiva. Tais relações vão oportunizar, por sua vez, efeitos de gerenciamento político, visibilidade midiática e atravessamento histórico. São temas relacionados a(s):

(1) políticas pró-mercado e a disciplina fiscal indispensáveis ao equilíbrio econômico nacional, conforme se acompanha no que é dito em 19 de dezembro de 2003 pelo jornal *The New York Times* a partir do discurso de Lula na ONU naquele ano – *O presidente brasileiro [...] relata um presente brilhante* – e em *Um líder resiliente faz propaganda do potencial do Brasil na agricultura e nos biocombustíveis*, em 2007; assim como pelo jornal *The Guardian* com a manchete, em dezembro de 2003, que declara *Os sonhos de Lula para o Brasil estão atrasados enquanto as realidades de poder batem à porta* – e em *O presidente brasileiro diz que ‘gringos’ devem pagar pela proteção da Amazônia*, em novembro de 2009.

Considerando o discurso como espaço de dispersão, de descontinuidade (Foucault, 2005a) e a partir de que é sempre possível estabelecer relações a partir do que é dito, vale mencionar que essas manchetes retomam os discursos endereçados por Lula⁹ em: (i) 2003, com a questão do combate à fome e a promoção de políticas voltadas à seguridade alimentar da população brasileira e das nações pelo mundo, via configuração de um novo arcabouço fiscal e econômico. Nesse ano, a fala de Lula na ONU traz a metáfora da guerra que todos deveriam lutar: contra a fome; (ii) em 2004, com a crítica do então presidente à globalização excludente e com a defesa de que é preciso combater a desigualdade entre os países, a diferença de renda e as barreiras protecionistas e obstáculos ao equilíbrio comercial; (iii) em 2005, com a fala que celebrou a aprovação das Metas do Milênio. Na oportunidade, Lula destacou o conjunto de 8

⁹ Conforme discursos dispostos no acervo oficial do Planalto. Cf. Biblioteca da Presidência da República. Disponível: <https://sistema.planalto.gov.br/sophia/>. Essa direção é extensiva à referência doravante aos discursos dos ex-presidentes Dilma Rousseff e Jair Bolsonaro.

metas estabelecidas pela ONU para o combate da pobreza e outros problemas sociais; (iv) nos anos seguintes de seu governo, com o discurso que enfatizou, dentre outros, o tema das mudanças climáticas, o foco na proteção da Amazônia, a necessidade de mudança nos padrões de consumo e a necessidade de uma nova matriz energética.

(2) a soberania e independência dos países, a preocupação comum com as pautas climáticas no espectro da proteção da Amazônia e do combate à poluição, à crise humanitária e a questão dos refugiados pelo mundo, conforme nota-se nas manchetes, em ambos os jornais, sobre o discurso de Dilma, nos anos de 2012, 2013 e 2015 – *Discurso contundente de Dilma Rousseff [...] assinala as mais sérias consequências diplomáticas após as revelações de espionagem norte-americana, A presidenta brasileira distribui conselhos econômicos a David Cameron, A líder brasileira adia visita de estado a Washington após a espionagem, A presidenta Dilma Rousseff [...] faz um afiado discurso de repreensão à administração de Obama, Dilma Rousseff do Brasil pede comprometimento na redução das emissões de gases do efeito estufa, A presidenta Dilma Rousseff do Brasil diz que seu país está de braços abertos para receber refugiados de conflitos globais [...].*

No espaço dos discursos acima apresentados nos tópicos em destaque, é possível observar a retomada aos enunciados de combate à fome, de independência e soberania nacional do Brasil frente às demais nações do mundo, de controle dos efeitos da crise econômica internacional, iniciada em 2008. Assim, vale retomar que (i) em 2013, Dilma fez um discurso na ONU com fortes críticas ao esquema de espionagem ilegal promovido por agências de inteligência dos Estados Unidos, na referência ao escândalo que foi revelado pelo jornalista norte-americano Glenn Greenwald a partir das denúncias de Edward Snowden. Além disso, nessa mesma oportunidade, a então presidenta brasileira destacou as jornadas de junho e as demais manifestações do Brasil, deu ênfase à necessidade de ouvir o que vem das ruas e transformar em ações concretas; (ii) em 2014, o discurso de Dilma Rousseff destacou a saída do Brasil do Mapa da Fome em 2014, as mudanças climáticas e o combate contínuo ao desmatamento, ao passo em que também ressaltou o combate à corrupção através da aprovação da Lei de Acesso à Informação e a construção do Portal da Transparência; (iii) em 2015, condenou os ataques terroristas cometidos pelo Estado Islâmico e retomou as iniciativas do governo para blindar o Brasil dos efeitos da crise econômica mundial de 2008.

(3) com as falas de exaltação do ultranacionalismo, de rejeição ao conhecimento e de negação da credibilidade da ciência de Jair Bolsonaro, nos anos de 2019 e 2021, nas manchetes que declaram: *Não vacinado e desafiador, Bolsonaro rejeita a crítica no seu discurso na ONU, Jair Bolsonaro diz que uma mídia desonesta e sensacionalista está cobrindo as queimadas na Amazônia, Com um discurso combativo na ONU, Bolsonaro nega – ao contrário do que mostram as evidências – que a maior floresta tropical do mundo esteja sendo devastada, Bolsonaro promete mostrar um novo Brasil, mas seu discurso ‘cheio de mentiras’ na ONU não surte efeitos.*

Na esteira dos temas e movimentos de sentidos que podem ser alcançados nas falas conduzidas por Bolsonaro¹⁰, observam-se as marcas de uma discursividade que ratifica sua posição política belicosa, a qual inscreve, com isso a sua subjetividade no seio do populismo ultranacionalista, do negacionismo da ciência e do discurso combativo para com a mídia: (i) em 2019, quando Bolsonaro disse estar, naquele momento, apresentando o Brasil que ressurgiu depois de estar à beira do socialismo, um país que, na perspectiva do presidente, estava sendo reconstruído a partir dos anseios e ideais de seu povo e a economia ressurgindo depois de décadas de amarras e atrasos; (ii) em 2020, com a Assembleia Geral acontecendo no formato virtual por causa da pandemia de Covid, Bolsonaro endereça um discurso com o alerta de que haviam dois problemas a serem enfrentados: o coronavírus e o desemprego e que ambos deviam ser tratados com a mesma responsabilidade. Com isso, listou todas as medidas governamentais/administrativas para auxiliar a população e destacou o agronegócio no Brasil, como símbolo de pujança e de produção contínua; (iii) em 2021, com o discurso que trouxe duras críticas à mídia e o destaque para o período de 2 anos e 8 meses sem notificação de casos de corrupção no governo. A ênfase no Brasil que acredita em Deus, que respeita a constituição e que valoriza a família e segue leal ao povo. A situação das empresas estatais que antes, segundo a fala então representante brasileiro, davam prejuízo de bilhões de dólares se tornavam, agora, lucrativas. A apresentação de medidas governamentais/administrativas para a economia; e (iv) em 2023, com o destaque para a atuação do governo na pandemia de covid 19, via medidas de concessão de auxílio financeiro emergencial, e a questão da eliminação da corrupção sistêmica no país.

Podem ser destacadas aqui recorrências temáticas que apontam efeitos de aceitabilidade, graus de legitimidade, dizibilidades regradas por convenções de forma e de conteúdo que vão

¹⁰ Conforme discursos dispostos no acervo oficial do Planalto. Cf. Biblioteca da Presidência da República. Disponível: <https://sistema.planalto.gov.br/sophia/>

determinar e circunscrever o que pode e deve ser dito em condições históricas particulares, quer sob o viés dos consensos, quer sob o viés dos conflitos. Encontra-se em Angenot (2015, p. 28) a referência a esse fenômeno sob a alcunha de uma hegemonia discursiva, no entendimento de que, nessa forma de dizer e na constitutividade linguística dessas orações, há:

[...] regras canônicas de gêneros e de discursos (incluindo a margem de variações e desvios aceitáveis), das preferências e dos status dos diferentes discursos, das normas da boa linguagem (incluindo ainda os graus de distribuição linguística, do alto estilo literário à maneira bruta da escrita jornalística “popular”), das formas aceitáveis de narração, da argumentação e, de forma mais geral, da cognição discursiva: de um repertório de temas que se impõem a todas as materialidades e espíritos, de tal sorte que seu tratamento abre o campo de debates e dissensões, que são, por seu turno, eles próprios igualmente regrados pelas convenções de forma e de conteúdo.

Pode-se apontar, nessas condições, a recorrência de dizeres que denotam uma amplitude nacional e que perpassam a dizibilidade oportunizada em outras tantas materialidades, com destaque para aquelas de natureza noticiosa. Uma discursividade que põe em jogo enunciados que vem pautar a questão da intervenção governamental, sob o manto do interesse geral e do bem comum, no tocante à gestão da população e, com isso, oferecer um revestimento social ao discurso. Nessa configuração, vale destacar a dizibilidade jornalística como marca de um discurso alicerçado em efeitos de uma positividade objetiva e que pretende efeitos de um sentido sem curvas, atrelado, por sua vez, a uma evidência que edifica narrativas de afirmação, a partir da subjetividade e de práticas de governo da população.

No plano do sentido, é importante apontar os efeitos de direção e de condução da vida que vão balizar o protagonismo do líder e o cuidado com a comunidade que ele representa. Caracteriza-se, assim, um governo pautado nas políticas que lidam com os problemas da população e que buscam dar suporte a práticas de promoção da vida, isto é, medidas de *fazer viver*. Disso, é possível assinalar um trabalho em torno da verdade, o acirramento de vontades de verdade que buscam, por seu turno, instituir e dizer o que, na égide do governo de todos, é legítimo, crível, aceitável e condizente com o que circula socialmente. Nos termos de Piovezani (2009, p. 151):

Sendo a política o espaço da administração e do governo da *polis*, do “interesse geral” e do “bem comum”, *os referentes* e as *mensagens* do discurso político também devem ser necessariamente *públicos*. A comunidade de cidadãos é a fonte de legitimidade do eleito. Dela origina-se o direito e o dever de agir em benefício da coisa pública; por ela e para ela são tomadas as decisões e empreendidas as ações políticas. Contudo, os atores da instância política não abdicam de sua condição de protagonistas no desempenho das funções, na adoção de medidas e na realização das ações que regem a sociedade.

Na seara de tal discussão, dois pontos precisam ser destacados: por um lado, deve-se considerar a particularidade de um discurso conduzido no escopo de uma visibilidade como produto de uma atividade especializada e de rotina (Thompson, 2009) e, por outro, o fomento à constituição de uma discursividade no imbricamento com a história e no seio da ação política que engendra o problema do governo político e que institui a vida da população como preocupação central; uma política que, ao revigorar a arte de governar, não pode mais se manter alheia “ao jogos estratégicos que definem”, no bojo da contemporaneidade, as “condições do pensável e do factível” (Senellart, 2006, p. 16).

O primeiro ponto nos instiga a pensar a ação da mídia, o processo de midiatização da política, não só na irrupção de acontecimentos, mas, sobretudo, no trabalho de produzir subjetividade. A recepção dos produtos da mídia se apresenta como uma (i) realização especializada porque ela “depende de habilidades e competências adquiridas que os indivíduos mostram no processo de recepção” e (ii) como atividade de rotina “no sentido em que é uma parte integrante das atividades constitutivas da vida diária (Thompson, 2009, p. 43). Dessa forma, tem-se que no seio da produção, circulação e recepção dos produtos da mídia – tomando como exemplo as manchetes jornalísticas das agências e jornais internacionais – os sujeitos são agenciados num fluxo de subjetividade perene a partir do qual são reservadas posições que devem ser ocupadas, não por qualquer um, mas, tão somente por aqueles que reúnem as condições necessárias e em estreita atenção às contingências históricas que se apresentam em determinada temporalidade.

O segundo ponto leva a refletir a política no seu encontro indissociável com a história, isto é, a política inscrita como mecanismo de convergência social que é marcada constitutivamente pelas lutas, anseios e expectativas de grupos, extratos e camadas sociais, massas socialmente localizadas e dispersas num plano que representa uma determinada coletividade nacional. Em comunhão com a perspectiva foucaultiana sobre o tema do governo da população, Gomes (2004) vem defender que, nesse revestimento, a política configura-se como um sistema de prática que faz movimentar programas de ação, formas de intervenção, habilidades de agentes, operações de controle e padrões de atividade.

Nessas condições, observa-se a materialidade de formas de poder sobre a vida, o biopoder cuja capilaridade é dimensionada, sobretudo, pelo alcance e legitimidade de saberes específicos. As manchetes dos jornais *The New York Times* e *The Guardian* assinalam essa questão. Conforme apresentado anteriormente, na observância aos efeitos de sentido materializados nos e pelos discursos conduzidos pelos presidentes brasileiros, é possível dizer que se trata, portanto, de saberes que atravessam e regem a institucionalidade da administração

pública e a gestão política, dentre eles: (i) o saber econômico, conforme está linguística e discursivamente expresso especificamente nas manchetes de 2003 e 2007, sobre Luiz Inácio Lula da Silva e sobre Dilma Rousseff em 2012, as quais versam sobre o gerenciamento da economia do país face às medidas de controle de gastos; (ii) o saber ambiental, nas manchetes sobre Lula em 2009, sobre Dilma Rousseff em 2015 e sobre Jair Bolsonaro em 2019, sob a alcunha da proteção da Amazônia, o combate do desmatamento, o fomento à agricultura e aos biocombustíveis, a redução de gases do efeito estufa.

Deve-se assinalar, ainda, a recorrência ao (iii) saber bélico-militar, a partir das manchetes de 2013 sobre Dilma Rousseff tratando do caso da espionagem norte-americana e o discurso de repreensão à administração de Barack Obama; (iv) do saber humanitário com a retomada do tema dos refugiados, na manchete que questiona o que aconteceu na ONU em 2019, bem como na manchete de 2015 sobre a defesa de Dilma Rousseff de que o Brasil estaria de braços abertos para receber refugiados de conflitos globais; (v) do saber médico-sanitário, nas manchetes de 2021 que colocam Jair Bolsonaro no centro da polêmica sobre a vacinação contra a Covid-19 e a eficiência da ciência na lida com essa questão. Vale dizer que na Assembleia Geral que aconteceu em 2021, o então presidente brasileiro advogou que *a história e a ciência saberão como prestar contas com todos*, numa referência direta para rechaçar seu questionamento sobre o papel da ciência no combate da pandemia no mundo.

Tais saberes são instrumentalizados como técnicas bem específicas que recortam os ângulos de ação e de intervenção do governo: ao mesmo tempo em que fazem reverberar os problemas e mazelas que precisam ser ditos e combatidos, eles se apresentam como balizas que justificam e erigem programas de governo, campanhas políticas e, principalmente, se apresentam como contingências históricas que, sob a alcunha da escolha política legitimada do voto, justificam a decisão de *muitos por um só*.

Em se tratando da discursividade que mobilizam e as atravessam, essas relações refletem e demonstram a existência de um acúmulo de enunciados. Enunciados que ao incitarem a ocupação de uma posição de sujeito presidente, na condição de líder representante de um povo, dizem sobre o controle da economia, sobre o provento das condições de vida na sociedade, sobre a atenção às causas que se levantam como pautas globais, sobre o zelo no fortalecimento de uma identidade nacional. As mídias tornam-se, nessas condições, vetor capital e devem ser pensadas, conforme nos apresenta Gomes (2003, p. 77), “em seu duplo papel: aquele pelo qual expõem a todo momento os conflitos é também aquele pelo qual definem a esfera de equilíbrio em que esses conflitos se diluíram”.

Portanto, o olhar para tal sistema de enunciabilidade deve ser tarefa que não busca revelar uma totalidade ou realinhar uma continuidade das coisas ditas, mas de provocar o que há nelas de transitório, de histórico e que vem dar luz à sua própria dispersão enquanto fatos de discurso. Ao discorrer sobre os efeitos de raridade, de exterioridade e de acúmulo intrínsecas à análise enunciativa, Foucault (2005a) vem dizer que essa abordagem nos permite enxergar, para além das evidências de superfície, os regimes que instituem a positividade dos discursos e que, portanto, devem pautar a análise dos enunciados. “Supõe-se assim que tudo o que o discurso formula já se encontra articulado nesse meio-silêncio que lhe é prévio, que continua a correr obstinadamente sob ele, mas que ele recobre e faz calar” (Foucault, 2005a, p. 28).

Na esteira dessas contribuições foucaultianas, entendemos que a discursividade oportunizada nas manchetes dos jornais em tela circunscreve efeitos de uma densidade histórica complexa que vem oferecer espaços e trajetos a partir dos quais o sentido movimenta, entre redes, se torna arredo. Os discursos podem, a partir disso, ser discutidos e os sentidos problematizados em consonância com as condições históricas de seu aparecimento. Entendemos que uma vez arranjada no jogo de relações que suscita, a discursividade desempenha o papel de um *a priori* que é constitutivamente histórico.

Considerações finais

Com a presente discussão buscou-se realizar uma leitura linguístico-discursiva dos sentidos atrelados às manchetes dos jornais *The New York Times* e *The Guardian*, provenientes da cobertura da mídia jornalística internacional dos discursos endereçados por presidentes brasileiros em edições da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas. Notou-se que uma vez materializados na seara de uma prática política que se levanta e se materializa numa ambiência de mediação e visibilidade, tais discursos denotam marcas de determinados regimes de dizer, formas e estratégias a partir das quais são apresentados e discutidos temas que, por sua vez, realinham a tônica do governo da população como objeto de preocupação central.

Lançou-se um olhar para os discursos e para a enunciabilidade de modo não a tratar da totalidade de uma suposta significação, mas para discutir as formas específicas de um acúmulo, assim como de raridade e de exterioridade no escopo da descontinuidade. Com isso, buscou-se problematizar a positividade dos enunciados políticos no espectro da mídia a fim de descrever e interpretar como o sujeito social é agenciado em práticas de biopolítica e de

governamentalidade. Esses últimos se apresentam como vetores que exponenciam as relações entre saberes e poderes, que arregimenta a sociedade em trajetos de governança e de liderança política legitimada e que atravessam a forma como nós nos constituímos enquanto sujeitos na sociedade.

No bojo de nossa atenção aos efeitos de sentido atrelados a um discurso que adquire um revestimento de discurso social e que se mantém constitutivamente atrelado a práticas discursivas de afirmação, é possível assinalar que: (i) as manchetes sinalizam um determinado tipo de sujeito, quer seja aquele que se apresenta na arena de visibilidade global e que passa, então, a ocupar a posição de subjetividade típica de um líder político cujo discurso deve refletir os anseios de uma coletividade nacional, quer seja aquele que constitui, na cotidianidade de sua existência, uma massa dispersa na extensão de um determinado território e conjugada na unidade de uma população; assim sendo, (ii) as manchetes denotam como os discursos têm um atravessamento histórico com tantas outras questões gerais sobre o que é ser brasileiro, o que povo tem enfrentado em sua história etc. e (iii) sinalizam como os discursos reforçam a posição de um líder que representa uma massa e que está na ONU para dizer não somente das condições de vida de seu “rebanho”, mas de marcá-lo como presença legítima e ativa que exige efetividade de governo, fomento e conversão de dispositivos de segurança e de visibilidade.

Em suma, das materialidades que circunscrevem o efeito de uma presença de palco no seio do acontecimento da representação política nas edições da Assembleia Geral da ONU, são observadas as marcas de uma legitimidade institucional que se efetiva na arena de fala pública internacional. À tribuna da Organização das Nações Unidas reserva-se a condição de um lugar de poder, uma heterotopia assentada em princípios e valores que denotam a incidência de um governo de *um sobre muitos*.

A participação brasileira na ONU mostra-se como um *trazer à visibilidade*, os discursos aqui apresentados produzem efeito de disciplina pois oferecem um adestramento do olhar: “a educação da visão pela determinação do visível” (Gomes, 2003, p. 75). Nessas condições, tomam relevo contingências históricas a partir das quais são mobilizados os temas, enunciados, trajetos de sentidos os mais diversos, que permitem observar o trânsito de biopoder sobre a população bem como as movências de um dizer assertivo e de positividade. Trata-se de uma conjuntura na qual dão-se, ao mesmo tempo, jogos e operações de retomadas, resgates, aproximações, distanciamentos, invisibilidades que contornam o dado a ver, atravessam o factível e instigam a irrupção de acontecimentos determinados no bojo das práticas e políticas voltadas ao governo.

Referências

- ANGENOT, Mark. A teoria do discurso social: espírito do tempo e recorte sincrônico da história. In: **O discurso social e as retóricas da incompreensão**: consensos e conflitos na arte de (não) persuadir. Organização e apresentação Carlos Piovezani. São Carlos: EdUFSCar, 2015, p. 47-72.
- COURTINE, Jean-Jacques. Discurso e imagens: para uma arqueologia do imaginário. In: SARGENTINI, V.; CURCINO, L.; PIOVEZANI, C. (Orgs.). **Discurso, semiologia e história**. São Carlos: Claraluz, 2011, p. 145-162.
- COURTINE, Jean-Jacques. A voz do povo, a fala pública, a multidão e as emoções na aurora da era das massas. In: COURTINE, J.-J.; PIOVEZANI, C. (Orgs.). **História da fala pública**: uma arqueologia dos poderes do discurso. Petrópolis: Vozes, 2015, p. 261-289.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2007.
- FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005a.
- FOUCAULT, Michel. Sobre a Arqueologia das Ciências. Resposta ao Círculo de Epistemologia. In: **Ditos e Escritos II**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005b, p. 82-118.
- FOUCAULT, Michel. A governamentalidade. In: **Ditos e Escritos IV**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006a, p. 281-305.
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 3. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2006b.
- FOUCAULT, Michel. **O nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.
- FOUCAULT, Michel. **Segurança, território e população**. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.
- GINZBURG, Carlos. **Mitos, emblemas, sinais**: morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- GOMES, Wilson. **A transformação da política na era da comunicação**. São Paulo: Paulus, 2004.
- GOMES, Mayra Rodrigues. **Poder no Jornalismo**: discorrer, disciplinar, controlar. São Paulo: Hacker Editores, 2003.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – BRASIL. **Sobre a ONU**. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br>. Acesso em: 2 jan. 2025.
- PIOVEZANI, Carlos. Política mediatizada e mídia politizada: fronteiras mitigadas na pós-modernidade. In: GREGOLIN, M. R. (Org.). **Discurso e mídia**: a cultura do espetáculo. São Carlos: Claraluz, 2003, p. 49-64.
- PIOVEZANI, Carlos. **Verbo, corpo e voz**: dispositivos de fala pública e produção de verdade no discurso político. São Paulo: Ed. UNESP, 2009.

PIOVEZANI, Carlos. Sons e sentidos na análise do discurso: os signos da voz à luz da semiologia histórica. In: SARGENTINI, Vanice.; CURCINO, Luzmara.; PIOVEZANI, Carlos. **Discurso, semiologia e história**. São Carlos: Claraluz, 2011, p. 127-141.

PIOVEZANI, Carlos. Os riscos de apenas escutar as repetições hegemônicas e de não ouvir as diferenças dissidentes. In: ANGENOT, M. **O discurso social e as retóricas da incompreensão: consensos e conflitos na arte de (não) persuadir**. Organização e apresentação Carlos Piovezani. São Carlos: EdUFSCar, 2015, p. 9-24.

PIOVEZANI, Carlos. Efeitos de verdade: a retórica eleitoral de Bolsonaro. In: CURCINO, L.; SARGENTINI, V.; PIOVEZANI, C. (Orgs.). **Discurso e (pós)verdade**. São Paulo: Parábola, 2021, p. 155-187.

PIOVEZANI, Carlos; DAGATTI, Mariano. Retórica antilógica, hegemonia discursiva e argumentação no pensamento de Marc Angenot. In: PIRES, E. L.; GRÁCIO, R. A. (Orgs.). **Introdução às teorias da argumentação**. Pontes Editores: São Paulo, 2023, p. 184-208.

PLANALTO. **Biblioteca da Presidência da República**. Disponível em: <https://sistema.planalto.gov.br/sophia/>. Acesso em 6 fev. 2025.

PUECH, Christian. A emergência da noção de “discurso” na França: Foucault, Pêcheux leitores de Saussure. In: PIOVEZANI, C.; CURCINO, L.; SARGENTINI, V. (Orgs.). **Presenças de Foucault na Análise do Discurso**. São Carlos: EdUFSCar, 2014, p. 23-53.

SENADO FEDERAL. **Manual de comunicação da Secom**. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/manualdecomunicacao/glossario/lide>. Acesso em: jan. 2025.

SENEILLART, Michel. **As artes de governar: do *regimen* medieval ao conceito de governo**. Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Editora 34, 2006.

THE NEW YORK TIMES. O presidente brasileiro, uma vez tido como azarão, relata um presente brilhante. **Economia Global**. 19 dez. 2003. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2003/12/19/world/brazil-s-president-once-a-dark-horse-describes-a-bright-present.html?searchResultPosition=2>. Acesso em: 2 fev. 2025.

THE NEW YORK TIMES. Um líder resiliente faz propaganda do potencial do Brasil na agricultura e nos biocombustíveis. **Economia Global**. 23 set. 2007. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2007/09/23/world/americas/23lula.html?searchResultPosition=2>. Acesso em: 2 fev. 2025.

THE NEW YORK TIMES. A líder brasileira adia visita de estado a Washington após a espionagem. **Américas**. 17 set. 2013. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2013/09/18/world/americas/brazils-leader-postpones-state-visit-to-us.html?searchResultPosition=29>. Acesso em: 3 fev. 2025.

THE NEW YORK TIMES. Dilma Rousseff do Brasil pede comprometimento na redução das emissões de gases do efeito estufa. **Américas**. 27 set. 2015. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2015/09/29/world/americas/dilma-rousseff-brazil-united-nations-general-assembly.html>. Acesso em: 3 fev. 2025.

THE NEW YORK TIMES. O que aconteceu na Assembleia Geral da ONU? **Notícias**. 24 set. 2019. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2019/09/24/world/united-nations-general-assembly-recap.html>. Acesso em: 4 fev. 2025.

THE NEW YORK TIMES. Não vacinado e desafiador, Bolsonaro rejeita a crítica no seu discurso na ONU. **Américas**. 21 set. 2021. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2021/09/21/world/americas/bolsonaro-covid-vaccine-un.html?searchResultPosition=9>. Acesso em: 4 fev. 2025.

THE GUARDIAN. A presidenta brasileira: a vigilância norte-americana é uma quebra da ‘lei internacional’. **Notícias**. 24 set. 2003. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2013/sep/24/brazil-president-un-speech-nsa-surveillance>. Acesso em: 5 fev. 2025.

THE GUARDIAN. Os sonhos de Lula para o Brasil estão atrasados enquanto as realidades de poder batem à porta. **Notícias**. 31 dez. 2003. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2003/dec/31/brazil.davidmunk>. Acesso em: 5 fev. 2025.

THE GUARDIAN. O presidente brasileiro diz que ‘gringos’ devem pagar pela proteção da Amazônia. **Notícias**. 27 nov. 2009. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2009/nov/27/lula-gringos-pay-protect-amazon>. Acesso em: 5 fev. 2025.

THE GUARDIAN. A presidenta brasileira distribui conselhos econômicos a David Cameron. **Notícias**. 28 set. 2012. Disponível em: <https://www.theguardian.com/politics/2012/sep/28/dilma-rouseff-david-cameron-stimulating-growth>. Acesso em: 5 fev. 2025.

THE GUARDIAN. Jair Bolsonaro diz que uma mídia desonesta e sensacionalista está cobrindo as queimadas na Amazônia. **Notícias**. 24 set. 2019. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2019/sep/24/jair-bolsonaro-says-deceitful-media-hyping-amazon-wildfires>. Acesso em: 5 fev. 2025.

THE GUARDIAN. Bolsonaro promete mostrar um novo Brasil, mas seu discurso ‘cheio de mentiras’ na ONU não surte efeitos. **Notícias**. 21 set. 2021. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2021/sep/21/jair-bolsonaro-brazil-un-speech>. Acesso em: 5 fev. 2025.

THOMPSON, John Brookshire. **A mídia e a modernidade**: uma teoria social da mídia. Petrópolis/RJ: Vozes, 2009.

Recebido em: 22 de agosto de 2025
Aceito em: 13 de novembro de 2025